

# COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar

**FIERGS CIERGS**

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

### Deputados aprovam teto de gastos para poderes públicos do RS

A Assembleia Legislativa aprovou nessa terça-feira, 30 de novembro, o **Projeto de Lei Complementar 378/2021**, que estabelece teto de gastos para todos os poderes públicos estaduais. A matéria foi aprovada por 35 votos favoráveis e 13x contrários. A discussão do tema, ao contrário do esperado, não tomou tanto tempo da sessão plenária (2h30min).

Com a aprovação do projeto, além do Executivo, também o Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, fundos, autarquias e empresas estatais terão de usar o orçamento empenhado (não o efetivamente realizado, aspecto aprovado por meio de [emenda](#)) como parâmetro para seus gastos, de forma sucessiva, até 2031, acrescidos da inflação anual, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Trata-se, segundo o Governo, de mais uma medida de austeridade fiscal, desta vez envolvendo todos os poderes, dando, desta forma, mais efetividade ao controle dos gastos públicos. A fixação de um limite geral terá o atributo de padronizar os esforços pela diminuição do déficit fiscal do estado, dado que a fonte de receitas é a mesma, mesmo que as regras constitucionais estabeleçam “autonomia financeira” às demais esferas públicas.

A aprovação do PLC 378/2021 também traz ao Executivo a expectativa da celebração do ingresso no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) – programa do Governo Federal que possibilita a negociação das dívidas dos estados – depois de ter cumprido com todas as exigências da União. Os primeiros passos foram dados ainda no governo de José Ivo Sartori, com a extinção de estatais e projetos de reestruturação de carreiras do funcionalismo. O atual governo conseguiu aprovar a reforma da previdência em 2019 – cujos resultados poderão ser efetivamente sentidos em médio e longo prazos – e vários projetos de cortes de benefícios das carreiras públicas, além da privatização de estatais como CEEE e Corsan. Neste meio tempo, também as normas do RRF foram modificadas.

A FIERGS manifestou-se **favorável** à aprovação da matéria, em [mensagem](#) dirigida aos deputados, assinada pelo presidente Gilberto Porcello Petry.

Seguem os **posicionamentos** dos parlamentares ao [projeto](#) e à [emenda](#), além do texto original do [PLC 378/2021](#). Na votação do texto do projeto, não constam **na tabela de votação** os deputados Valdeci Oliveira (PT) – estava no exercício da presidência, no momento da apreciação –, Gabriel Souza – que por ser presidente, não vota, mesmo que não esteja na condução dos trabalhos – Luís Augusto Lara (PTB), Tenente-coronel Zucco (PSL), Juliana Brizola (PDT), Eduardo Loureiro (PDT) e Tiago Simon (MDB).